

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2021



**Brasol Participações e
Empreendimentos S.A.**

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Brasol Participações e Empreendimentos S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Brasol Participações e Empreendimentos S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brasol Participações e Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis do exercício de 2021

Anteriormente auditamos as demonstrações contábeis da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e emitimos nosso relatório em 06 de maio de 2022, sem ressalvas, considerando as informações e efeitos naquela data relativos a sua operação e contratos com seus clientes. Conforme descrito na Nota Explicativa no 2.2, a Administração da Sociedade efetuou um estudo que identificou alguns ajustes de saldos constantes nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 em função da adoção de critérios contábeis oriundos dos contratos de *Equipment Lease Agreement* celebrados com seus clientes. Estamos reemitindo nosso relatório em conexão com a reemissão das respectivas demonstrações e ajustes efetuados na referida decorrente dos efeitos e divulgações anteriormente registrados naquele exercício. Como consequência, este relatório substitui aquele anteriormente emitido.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de outubro de 2022



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

ATIVO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	925.997	11.124.703	4.266.032	11.188.824
Contas a receber:					
Contas a receber	5	-	-	21.650	-
Ajuste valor presente - AVP	5	-	-	(16.140)	-
Adiantamentos	6	-	360.000	1.020.978	2.253.860
Impostos a recuperar	7	49.350	12.302	226.739	20.951
Outros créditos	8	22.738.353	16.977.380	33.368	33.368
Despesas antecipadas	9	20.989	-	43.486	9.090
Total do ativo circulante		23.734.689	28.474.385	5.596.113	13.506.093
Ativo não circulante					
Contas a receber:					
Contas a receber	5	-	-	9.754.925	-
Ajuste valor presente - AVP	5	-	-	(4.622.168)	-
Impostos diferidos	10	-	-	2.180.014	-
Investimentos	11	1.734.667	245.140	-	-
Imobilizado	12	-	-	17.031.560	16.223.112
Intangível	13	-	-	462.474	1.353.766
Total do ativo não circulante		1.734.667	245.140	24.806.805	17.576.878
Total do ativo		25.469.356	28.719.525	30.402.918	31.082.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

JORGE ANDRES TAMARIZ AMADOR
CPF: 237.275.078-02

CARLA CRISTINA CORTI MARTINS
CONTADORA CRC: 1SP162545/O-7

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante					
Fornecedores	14	1.368	-	127.430	557.132
Salários e encargos sociais	15	1.100	3.100	171.951	39.930
Obrigações tributárias	16	1.067	3.435	100.801	87.663
Arrendamentos a pagar	17	-	-	91.608	85.000
Outras obrigações	18	6.996	163.577	4.745.909	2.070.017
Total do passivo circulante		10.531	170.112	5.237.699	2.839.742
Passivo não circulante					
Provisão para perda por equivalência patrimonial	11	1.205.540	487.803	-	-
Outras Obrigações tributárias	19	-	-	793.808	-
Arrendamentos a pagar	17	-	-	118.126	181.619
		1.205.540	487.803	911.934	181.619
Patrimônio líquido					
Capital social	20 a.	2.444.934	2.444.878	2.444.934	2.444.878
Reservas de capital	20 b.	22.943.769	27.488.380	22.943.769	27.488.380
Prejuízos acumulados		(1.135.418)	(1.871.648)	(1.135.418)	(1.871.648)
Total do patrimônio líquido		24.253.285	28.061.610	24.253.285	28.061.610
Total do passivo e do patrimônio líquido		25.469.356	28.719.525	30.402.918	31.082.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

JORGE ANDRES TAMARIZ AMADOR
CPF: 237.275.078-02

CARLA CRISTINA CORTI MARTINS
CONTADORA CRC: 1SP162545/O-7

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	736.230	(1.490.852)	736.230	(1.490.852)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>736.230</u>	<u>(1.490.852)</u>	<u>736.230</u>	<u>(1.490.852)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

JORGE ANDRES TAMARIZ AMADOR
CPF: 237.275.078-02

CARLA CRISTINA CORTI MARTINS
CONTADORA CRC: 1SP162545/O-7

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	21	-	-	26.095.537	-
Custo dos serviços prestados	22	-	-	(20.396.674)	-
Lucro bruto		-	-	5.698.863	-
(Despesas)/Receitas operacionais					
Despesas administrativas, comerciais e gerais	23	(25.467)	(36.980)	(1.659.648)	(794.647)
Despesas com pessoal	24	(141.995)	(48.000)	(2.172.613)	(429.111)
Outras despesas operacionais		-	(9.331)	-	(327.406)
Equivalência patrimonial	11	769.790	(1.485.493)	-	-
		602.328	(1.579.804)	(3.832.261)	(1.551.164)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro		602.328	(1.579.804)	1.866.602	(1.551.164)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	138.689	90.512	388.994	163.571
Despesas financeiras	25	(4.787)	(1.560)	(3.699.380)	(103.259)
	25	133.902	88.952	(3.310.386)	60.312
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		736.230	(1.490.852)	(1.443.784)	(1.490.852)
Imposto de renda e contribuição social	26	-	-	2.180.014	-
Lucro (Prejuízo) do exercício		736.230	(1.490.852)	736.230	(1.490.852)
Resultado por ação do capital social		0,230	(0,610)	0,230	(0,610)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

JORGE ANDRES TAMARIZ AMADOR
CPF: 237.275.078-02

CARLA CRISTINA CORTI MARTINS
CONTADORA CRC: 1SP162545/O-7

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

	Nota	Atribuído aos sócios controladores			Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado	
		Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados			Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)		1.623.878	-	(394.115)	1.229.763	-	1.229.763
Aumento de capital	20 a.	821.000	-	-	821.000	-	821.000
Reserva de ágio		-	27.488.380	-	27.488.380	-	27.488.380
Outros		-	-	13.319	13.319	-	13.319
Prejuízo do exercício		-	-	(1.490.852)	(1.490.852)	-	(1.490.852)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>2.444.878</u>	<u>27.488.380</u>	<u>(1.871.648)</u>	<u>28.061.610</u>	-	<u>28.061.610</u>
Aumento de capital	20 a.	56	-	-	56	-	56
Reserva de ágio	20 b.	-	(4.544.611)	-	(4.544.611)	-	(4.544.611)
Prejuízo do exercício		-	-	736.230	736.230	-	736.230
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>2.444.934</u>	<u>22.943.769</u>	<u>(1.135.418)</u>	<u>24.253.285</u>	-	<u>24.253.285</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

JORGE ANDRES TAMARIZ AMADOR
CPF: 237.275.078-02

CARLA CRISTINA CORTI MARTINS
CONTADORA CRC: 1SP162545/O-7

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa da atividade operacional				
Prejuízo do exercício	736.230	(1.490.852)	736.230	(1.490.852)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais				
Depreciações/Amortização	-	-	33.930	-
Equivalência patrimonial	(769.790)	1.485.493	-	-
Outros	-	(768)	-	(11.824)
Impostos diferidos	-	-	(2.180.014)	-
Prejuízo ajustado	(33.560)	(6.127)	(1.409.854)	(1.502.676)
Varição de ativos e passivos				
Clientes	-	-	(5.138.267)	-
Adiantamentos/Fornecedores	360.000	(359.000)	1.232.882	(2.130.478)
Impostos retidos e recuperar	(37.048)	(12.302)	(205.788)	(18.898)
Outros créditos	(5.760.973)	(16.788.858)	-	(7.078)
Despesas antecipadas	(20.989)	-	(34.396)	(9.090)
Fornecedores	1.368	-	(429.702)	557.132
Obrigações c/pessoal e encargos	(2.000)	3.100	132.021	36.212
Obrigações tributárias	(2.368)	3.435	13.138	86.997
Outras obrigações tributárias	-	-	793.808	-
Outras obrigações	(156.581)	(24.945)	2.619.007	1.944.805
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(5.652.151)	(17.184.697)	(2.427.151)	(1.043.074)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo	-	-	(18.471.157)	(16.223.112)
Baixa de Ativos	-	-	17.648.351	-
Baixa do Intangível	-	-	871.720	-
Participações Societárias	(2.000)	-	-	-
Caixa líquido consumido (gerado) nas atividades de investimentos	(2.000)	-	48.914	(16.223.112)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	56	821.000	56	821.000
Capitalização - Reserva de ágio	(4.544.611)	27.488.380	(4.544.611)	27.488.380
Caixa líquido consumido (gerado) nas atividades de financiamentos	(4.544.555)	28.309.380	(4.544.555)	28.309.380
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(10.198.706)	11.124.683	(6.922.792)	11.043.194
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.124.703	20	11.188.824	145.630
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	925.997	11.124.703	4.266.032	11.188.824
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(10.198.706)	11.124.683	(6.922.792)	11.043.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

JORGE ANDRES TAMARIZ AMADOR
CPF: 237.275.078-02

CARLA CRISTINA CORTI MARTINS
CONTADORA CRC: 1SP162545/O-7

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Brasol Participações e Empreendimentos S.A., a “Sociedade”, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída, inicialmente, como sociedade limitada em 18 de novembro de 2019, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 768, conjunto 112, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Sociedade desenvolve, constrói, possui e opera infraestrutura de transição energética, transferindo a posse desses ativos para clientes comerciais e industriais por meio de locações de longo prazo. Em complemento, a Sociedade também entra em contratos operacionais para realizar a gestão integral dos ativos para os clientes. Essa infraestrutura – incluindo energia solar, subestações, baterias, mobilidade, entre outras – gera tanto economias como reduções de risco para os clientes, criando assim uma plataforma de Energy-as-a-Service inovadora no mercado e com alto valor agregado para os stakeholders da Sociedade.

O desenvolvimento, construção e investimento na infraestrutura seguem um processo sistemático que suporta tanto a estratégia comercial e financeira da Sociedade quanto a implementação das melhores práticas globais nos seus projetos. Como parte desse processo, a Sociedade segue mais de 200 critérios de qualidade que abrangem as áreas de investimento, desenvolvimento, construção, manutenção e operação, incorporando princípios internacionalmente respeitados para o desenvolvimento da infraestrutura - Equator Principles e IFC Standards. Esses critérios trazem ao mercado um claro diferencial que permite proteger todas as partes que interagem com a Sociedade, desde clientes, passando pelos investidores, fornecedores e entidades de controle.

Em conjunto com sua estrutura jurídica proprietária, a abordagem programática da Sociedade permite transformar a infraestrutura em um ativo financeiro estruturado e fungível – direitos creditórios imobiliários -, garantindo o retorno da Sociedade e aumentando a liquidez de seus investimentos. Notavelmente, esta abordagem consciente do investidor na Sociedade facilita transações no mercado de capitais que aceleram os retornos dos investimentos, incluindo a securitização por meio da venda de recebíveis imobiliários. Tais operações sustentam o crescimento contínuo da Sociedade, multiplicando seu caixa disponível para investimento e fornecendo alternativas inovadoras para o mercado no que tange ao financiamento alternativo de projetos.

A Sociedade aproveitou a força da sua abordagem comercial e financeira para aumentar sua oferta de serviços e ampliar a carteira de clientes que podem ser atendidos. Trabalhando em estreita colaboração com o acionista Siemens, a Sociedade viu suas operações expandirem geograficamente de cinco estados no Brasil para quase 20 estados, incluindo no processo tanto consumidores comerciais nacionais de energia no mercado cativo, quanto consumidores industriais multinacionais de energia no mercado livre.

1.1. Breve Histórico da Sociedade

Com este contexto operacional para 2021, relatamos o início da Sociedade, quando em 12 de dezembro de 2019, obteve 100% do controle da Brasol Soluções Energéticas Ltda. e da Brasol Aluguel de Módulos de Energia Ltda., ao receber a totalidade das quotas dessas Sociedades, por meio da cessão dos quotistas existentes.

Por sua vez, os quotistas das sociedades cedidas receberam novas cotas à sua participação na cessionária.

Em 11 de agosto de 2020, a Sociedade fez a transformação para Sociedade Anônima e passou a adotar a denominação social de Brasol Participações e Empreendimentos S.A. Em 10 de setembro de 2020, a Ata foi devidamente registrada pela Junta Comercial de São Paulo. Em 21 de setembro de 2020, a operação foi concretizada com o efetivo registro das ações acima detalhadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Em 27 de agosto de 2020, os acionistas e a Siemens Financial Services Inc., assinaram um acordo de investimento. A Sociedade recebeu um aporte de R\$ 5.400.000,00 da Siemens Financial Services Inc., pelo 49,0% do capital social com direito a voto na Brasol Participações e Empreendimento S.A.

As ações foram integralmente subscritas. Do valor total, R\$ 1.800.000,00 foi integralizado em 27 de agosto de 2020, e o saldo restante de R\$ 3.600.000,00 foi integralizado em 16 de dezembro de 2020.

Em 27 de agosto de 2020, com a entrada da Siemens Financial Services Inc., a Sociedade também registrou um aumento de capital social mediante a emissão de ações preferenciais prevendo um aporte de R\$ 2,59, dividido em uma ação preferencial classe A e quatro ações preferenciais classe B.

- i) A ação preferencial classe A teve um preço de emissão de R\$ 22.900.000,00. Desse valor R\$ 0,52 foi alocado como capital social da Sociedade e a diferença de R\$ 22.899.999,48 alocada na conta de reserva de ágio; e
- ii) As quatro ações preferenciais classe B tiveram um preço de emissão de R\$ 100,00 por ação. Desse valor, R\$ 2,07 foi alocado como capital social da Sociedade e a diferença de R\$ 397,93 alocada na conta de reserva de ágio.

Com esse aumento, o capital social da Sociedade passou a ter um valor de R\$ 2.444.878,43.

Em 12 de maio de 2021, a Sociedade aumentou o capital social, mediante a emissão de:

- i) Uma ação preferencial Classe A-1 sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 284.600,00. Desse valor R\$ 5,41 foi alocado como capital social da Sociedade e a diferença de R\$ 284.594,59 alocada na conta de reserva de ágio; e
- ii) Quatro ações preferenciais Classe B-1 sem valor nominal, com preço de emissão, de R\$ 400,00. Desse valor R\$ 21,64 foi alocado como capital social da Sociedade e a diferença de R\$ 378,36 alocada na conta de reserva de ágio.

Em 25 de agosto de 2021, a Sociedade aumentou o capital social, mediante a emissão de:

- i) Uma ação preferencial Classe A-2 sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 8.188.880,00. Desse valor R\$ 2,16 foi alocado como capital social da Sociedade e a diferença de R\$ 8.188.877,84 alocada na conta de reserva de ágio; e
- ii) Quatro ações preferenciais Classe B-2 sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 400,00. Desse valor R\$ 8,64 foi alocado como capital social da Sociedade e a diferença de R\$ 391,36 alocada na conta de reserva de ágio.

Em 3 de dezembro de 2021, a Sociedade registrou o aumento do capital social, mediante a emissão de:

- i) Uma ação preferencial Classe A-3 sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 6.693.240,00. Desse valor R\$ 3,51 foi alocado como capital social da Sociedade e a diferença de R\$ 6.693.236,49 alocada na conta de reserva de ágio; e
- ii) Quatro ações preferenciais Classe B-3 sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 400,00. Desse valor R\$ 14,04 foi alocado com capital social da Sociedade e a diferença de R\$ 385,96 alocada na conta de reserva de ágio.

Como demonstrado, a atividade da Sociedade e suas controladas, bem como seu plano de investimentos, quando necessário é financiada pelos acionistas.

1.2. Controladas da Sociedade

Operações das Controladas

a) **Brasol Soluções Energéticas Ltda.**

A Brasol Soluções Energéticas Ltda. é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 16 de agosto de 2017, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 768, conjunto 112, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde executa suas operações na consultoria, assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, seleção, manutenção, gerenciamento e administração de projetos de engenharia relacionados à geração de energia. Essa sociedade detém todas as funções de suporte para o desenvolvimento, construção e gestão dos projetos da Sociedade. Todo o *BackOffice* da Sociedade transita através desse veículo, incluindo folha de pagamento, aluguéis de escritórios, assim como as atividades de operação e manutenção de todos os projetos da Sociedade.

b) **Brasol Aluguel de Módulos de Energia Solar Ltda.**

A Brasol Aluguel de Módulos de Energia Solar Ltda. é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 6 de junho de 2019, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 768, conjunto 112, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde executa suas operações de aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador. A sociedade detém seis projetos de energia solar com uma das principais redes de farmácias do Brasil nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e Tocantins. Além da sua sede, a Sociedade conta com filiais conforme o seguinte detalhe:

- Filial 1: Com endereço à Rodovia TO 342 – Parte do Lote 22 Gleba 02, S/N, no Município de Miracema, Estado de Tocantins, CEP 77650-000, CNPJ 33.849.580/0006-50; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 2: Com endereço na RO 471, Lote 08-G, S/N, Zona Rural, no Município de Cacoal, Estado de Rondônia, CEP 769668-899, CNPJ 33.849.580/0002-26; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 3: Com endereço na Rodovia AP 020 S/N, Marabaixo, no Município de Macapá, Estado do Amapá, CEP 68909-899, CNPJ 33.849.580/0004-98; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 4: Com endereço na Estrada RR 04 Área de Loteamento Joao Carlos, Lt. 19 – Ao lado do Sítio das Abelhas no Município de Boa Vista, Estado de Roraima, CEP 69339-899 CNPJ 33.849.580/0003-07; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 5: Com endereço na Rodovia Manoel Urbano Km 13- lote 54^a, Gleba Cacau Pirera, no Município de Iranduba, Estado do Amazonas, CEP 69415-000, CNPJ 33.849.580/0007-30; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;

- Filial 6: Com endereço na BR 364, Km 02 Ramal Belo Jardim, Colônia Mineira, no Município de Rio Branco, Estado do Acre, CEP 69923-899, CNPJ 33.849.580/0005-79; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99

c) Brasol Sistemas de Energia Solar 3 Ltda.

A Brasol Sistemas de Energia Solar 3 Ltda. é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 01 de dezembro de 2020, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 768, conjunto 112, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde executa suas operações de aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador. A sociedade detém um projeto de energia solar com uma multinacional americana que opera na indústria química no estado de São Paulo.

d) Brasol Sistemas de Energia Solar 4 Ltda.

A Brasol Sistemas de Energia Solar 4 Ltda. é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 05 de março de 2021, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 768, conjunto 112, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde executa suas operações de aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador. A sociedade detém um portfólio de projetos com empresas do mesmo perfil creditício que operam nos segmentos de Alimentos & Bebidas, embalagens, saneamento e comércio. Em todo, até 31 de dezembro de 2021, a sociedade continha 15 projetos de energia solar distribuídos em 12 estados. Além da sua sede, a Sociedade conta com uma filial conforme o seguinte detalhe:

- Filial 1: Com endereço na Rua Bom Jesus, nº 212, Condomínio Bom Jesus, sala 1904 – 19º andar, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80035-010, CNPJ 41.706.315/0002-17; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99.

e) Brasol Sistemas de Energia Solar 5 Ltda.

A Brasol Sistemas de Energia Solar 5 Ltda. é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 24 de setembro de 2021, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 768, conjunto 112, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde executa suas operações de aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador. A sociedade detém dez projetos de energia solar com uma das principais redes de farmácias dos estados do Amazonas, Pará e Rondônia.

1.3. Impactos do coronavírus

Em janeiro 2020, a China reportou a identificação de uma nova variante do coronavírus, COVID-19, sendo esparzida rapidamente pela sua população. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi declarada como uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Medidas de isolamento foram promovidas como resultado da pandemia que afetou a economia mundial.

A Sociedade e suas controladas, em linha com as recomendações da OMS e o Ministério da Saúde, anunciaram medidas para salvar a saúde dos seus colaboradores e apoiar na prevenção do contágio da doença. Entre essas medidas, a Sociedade e suas controladas aplicaram o *home-office* (trabalho remoto) para evitar que seus colaboradores tenham exposição ao vírus.

Por sua vez, as autoridades governamentais no Brasil implementaram uma série de medidas para mitigar os efeitos colaterais impostos pela pandemia no âmbito econômico. Medidas que ajudaram a salvar a Sociedade e suas controladas. Entre essas medidas, o Governo Brasileiro incluiu o diferimento do FGTS de março até maio em 6 parcelas iguais a ser amortizadas entre julho e dezembro 2020, e a redução do IOF (imposto sobre operações financeiras) de 3,0% para 0,0% em operações específicas entre 3 de abril e 31 de dezembro de 2020. A Sociedade e suas controladas adotaram essas medidas para manter as suas operações adequadamente.

A Sociedade e suas controladas tem monitorado ativamente potenciais impactos da COVID-19 sobre suas operações e, embora não seja possível antecipar sua extensão e duração no momento, os executivos, a “Administração”, da Sociedade e suas controladas informaram que, até a data de apresentação destas demonstrações contábeis, qualquer impacto significativo que possa mudar a mensuração dos seus ativos e passivos tem sido devidamente identificado.

A Sociedade e suas controladas mantêm o fluxo normal das suas atividades operacionais. A Sociedade e suas controladas não tiveram uma redução do número de funcionários, ao contrário, apresentaram um aumento na sua folha de pagamento. A Administração da Sociedade e suas controladas avalia, permanentemente o efeito da pandemia no seu patrimônio e saúde financeira com o objetivo de implementar medidas adequadas para mitigar qualquer efeito significativo tanto nas suas operações como demonstrações contábeis.

Em relação às volatilidades do mercado financeiro, incluindo os efeitos de desvalorização da moeda nacional frente ao dólar americano, não surtiram efeito negativo no caixa da Sociedade, consequência de uma estratégia assertiva da Administração.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Sociedade autorizou a emissão das demonstrações individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021 em 19 de outubro de 2022.

2.2. Reapresentação das demonstrações contábeis

Em 2022, a Administração da Sociedade efetuou um estudo que identificou alguns ajustes de saldos constantes nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 em função da adoção de critérios contábeis oriundos dos contratos de *Equipment Lease Agreement* celebrados com seus clientes. Os efeitos estão demonstrados a seguir:

ATIVO	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021 anterior	Ajustes	31/12/2021 reapresentado	31/12/2021 anterior	Ajustes	31/12/2021 reapresentado
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	925.997	-	925.997	4.266.032	-	4.266.032
Contas a receber:						
Contas a receber de clientes	-	-	-	43.254	(21.604)	21.650
Ajuste a valor presente – AVP	-	-	-	-	(16.140)	(16.140)
Adiantamentos	-	-	-	1.020.978	-	1.020.978
Impostos a recuperar	49.350	-	49.350	77.567	149.172	226.739
Outros créditos	22.763.353	(25.000)	22.738.353	33.368	-	33.368
Despesas antecipadas	20.989	-	20.989	43.486	-	43.486
Total do ativo circulante	23.759.689	(25.000)	23.734.689	5.484.685	111.428	5.596.113

Ativo não circulante

Ativo não circulante						
Contas a receber:						
Contas a receber de clientes	-	-	-	214.864	9.540.061	9.754.925
Ajuste a valor presente – AVP	-	-	-	-	(4.622.168)	(4.622.168)
Impostos diferidos	-	-	-	1.362.609	817.405	2.180.014
Investimentos	-	1.734.667	1.734.667	-	-	-
Imobilizado	-	-	-	17.031.560	-	17.031.560
Intangível	-	-	-	462.474	-	462.474
Total do ativo não circulante	-	1.734.667	1.734.667	19.071.507	5.735.298	24.806.805
<hr/>						
Total do ativo	23.759.689	1.709.667	25.469.356	24.556.192	5.846.726	30.402.918

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021 anterior	Ajustes	31/12/2021 reapresentado	31/12/2021 anterior	Ajustes	31/12/2021 reapresentado
Passivo circulante						
Fornecedores	1.368	-	1.368	127.430	-	127.430
Salários e encargos sociais	1.100	-	1.100	171.951	-	171.951
Obrigações tributárias	1.067	-	1.067	155.170	(54.369)	100.801
Arrendamentos a pagar	-	-	-	91.608	-	91.608
Outras obrigações	6.996	-	6.996	11.996	4.733.913	4.745.909
Total do passivo circulante	10.531	-	10.531	558.155	4.679.544	5.237.699
<hr/>						
Passivo não circulante						
Provisão para perda por equivalência patrimonial	1.581.248	(375.708)	1.205.540	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	1.712.001	(918.193)	793.808
Arrendamentos a pagar	-	-	-	118.126	-	118.126
	1.581.248	(375.708)	1.205.540	1.830.127	(918.193)	911.934
<hr/>						
Patrimônio líquido						
Capital social	2.444.934	-	2.444.934	2.444.934	-	2.444.934
Reservas de capital	22.943.769	-	22.943.769	22.943.769	-	22.943.769
Prejuízos acumulados	(3.220.793)	2.085.375	(1.135.418)	(3.220.793)	2.085.375	(1.135.418)
Total do patrimônio líquido	22.167.910	2.085.375	24.253.285	22.167.910	2.085.375	24.253.285
<hr/>						
Total do passivo e do patrimônio líquido	23.759.689	1.709.667	25.469.356	24.556.192	5.846.726	30.402.918

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021 anterior	Ajustes	31/12/2021 reapresentado	31/12/2021 anterior	Ajustes	31/12/2021 reapresentado
Receita operacional líquida	-	-	-	20.304.113	5.791.424	26.095.537
Custo dos serviços prestados	-	-	-	(19.349.348)	(1.047.326)	(20.396.674)
Lucro bruto	-	-	-	954.765	4.744.098	5.698.863
(Despesas)/Receitas operacionais						
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(467)	(25.000)	(25.467)	(1.653.007)	(6.641)	(1.659.648)
Despesas com pessoal	(141.995)	-	(141.995)	(2.172.613)	-	(2.172.613)
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	(1.340.585)	2.110.375	769.790	-	-	-
	(1.483.047)	2.085.375	602.328	(3.825.620)	(6.641)	(3.832.261)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	(1.483.047)	2.085.375	602.328	(2.870.855)	4.737.457	1.866.602
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	138.689	-	138.689	212.788	176.206	388.994
Despesas financeiras	(4.787)	-	(4.787)	(72.047)	(3.627.333)	(3.699.380)
	133.902	-	133.902	140.741	(3.451.127)	(3.310.386)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(1.349.145)	2.085.375	736.230	(2.730.114)	1.286.330	(1.443.784)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	868.138	1.311.876	2.180.014
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.349.145)	2.085.375	736.230	(1.861.976)	2.598.206	736.230

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais, foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de consolidação

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Sociedade e suas controladas.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Saldos, transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Sociedade na entidade investida.

Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as entidades consolidadas;
- Eliminação das participações da Sociedade no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

2.4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas contábeis brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhe a seguir têm sido aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento a longo prazo, porém, com liquidez diária. Eventuais limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Sociedade e suas controladas, quando existentes, são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

3.2. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de bens e serviços no decurso normal das atividades da Sociedade e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Sociedade), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

A Sociedade e suas controladas adotam uma estrutura específica para viabilizar seu modelo de negócio. Para trazer mais clareza nestas notas explicativas, a seguir se detalha esta estrutura. Particularmente, no que tange ao contrato de locação atípica, a Sociedade e suas controladas assinam um contrato de longo prazo (média atual de 17,5 anos) na figura de um Equipment Lease Agreement - ("ELA"), incluindo dentro desse tipo de contrato a figura de Built To Suit ("BTS"), que segue os termos do Artigo 54-A da Lei Federal nº 8.245/1991 (artigo incluído pela lei nº 12.744, de 19 de dezembro de 2012). O ELA tem como objeto a implementação do projeto em um imóvel pela Sociedade e suas controladas para sua posterior locação aos seus clientes. A conclusão do projeto é formalizada pela emissão do aviso de Commercial Operation Date ("Aviso de COD"), onde é informado que o sistema em questão foi montado, testado, comissionado, instalado e disponível para uso.

Com a entrega do Aviso de COD, a Sociedade e suas controladas cedem todos os seus direitos de posse do projeto e da infraestrutura aos clientes. Nesse momento, todas as obrigações da Sociedade e suas controladas no ELA são integralmente satisfeitas e o contrato é considerado como perfeitamente performado pela Sociedade e suas controladas, dando início as obrigações de pagamento por parte dos clientes. Uma vez performado o contrato, a Sociedade e suas controladas criam direitos creditórios de caráter imobiliário correspondentes aos respectivos aluguéis fixos mensais a receber dos seus clientes.

O reconhecimento dos direitos creditórios imobiliários é realizado pelo valor futuro, de acordo com o valor estipulado em contrato. Refletindo, de tal forma, os aspectos da norma contábil CPC 06 (R2) – Arrendamento e da International Financial Reporting Standards (“IFRS” 16 – Leases), relacionadas ao Arrendador e Arrendador fabricante para efetuar os registros contábeis. Na celebração do contrato de ELA com os clientes, o contrato é classificado como arrendamento financeiro, pois atende aos critérios a seguir apresentados no CPC 06 (R2)::

- “Transmite ao Cliente o direito de controlar o uso de ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação” (item 9);
- “Transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente” (item 62);
- “O prazo do contrato é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente, mesmo a propriedade não sendo transferida na data da celebração do contrato” (item 63 c);
- “O valor presente dos recebimentos do arrendamento equivale substancialmente à totalidade do valor justo do ativo subjacente e o ativo subjacente é de natureza tão especializada que somente o Cliente/Arrendatário pode usá-lo sem modificações importantes” (item 63 d), e
- “As perdas do arrendador associadas ao cancelamento do contrato por parte do arrendatário são arcadas pelo arrendatário” (item 64 a).

Dessa forma, nesse momento é onde está concentrado a maior parte dos lançamentos contábeis. Segundo o CPC 06 (R2) – Arrendamento (Item 71):

“na data de início, para cada um de seus arrendamentos financeiros, o arrendador fabricante ou revendedor deve reconhecer o seguinte:

(a) a receita que é o valor justo do ativo subjacente ou, se for inferior, o valor presente dos recebimentos de arrendamento de responsabilidade do arrendador, descontado, utilizando a taxa de juros de mercado;

(b) o custo de venda, que é o custo, ou valor contábil, caso seja diferente, do ativo subjacente menos o valor presente do valor residual não garantido; e

(c) o resultado na venda (que é a diferença entre a receita e o custo da venda), de acordo com sua política para vendas diretas à qual se aplica o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

O arrendador fabricante ou revendedor deve reconhecer o resultado na venda em arrendamento financeiro na data de início, independentemente de se o arrendador transfere o ativo subjacente, conforme descrito no CPC 47”.

Além do ELA, a Sociedade e suas controladas assinam, concomitantemente, o contrato de Equipment Operations Agreement (“EOA”). Esse contrato é de serviços e visa fornecer as atividades de operação, manutenção e gestão requeridas na infraestrutura. O reconhecimento dessa receita, e, por sua vez, suas contas a receber resultantes, acontece mensalmente durante o prazo do EOA e é comprovado com a emissão de documento fiscal de suporte.

3.3. Ajuste a Valor Presente

Em consonância com o item 3.2., e para refletir adequadamente as contabilizações resultantes, a Sociedade e suas controladas devem realizar o reconhecimento das suas contas a receber líquidas representado pelo valor equivalente ao investimento líquido, que é o investimento bruto ajustado a valor presente, contra uma receita na demonstração do resultado do exercício. Em outras palavras, a receita total do contrato de ELA menos seu respectivo Ajuste a Valor Presente (“AVP”).

Conforme o CPC 06 (R2) – Arrendamentos:

- “Investimento bruto no arrendamento é a soma: (a) dos pagamentos do arrendamento a receber pelo arrendador em arrendamento financeiro; e (b) de qualquer valor residual não garantido de responsabilidade do arrendador,” e
- “O investimento líquido no arrendamento é o investimento bruto no arrendamento descontado à taxa de juros implícita no arrendamento. A taxa de juros implícita no arrendamento é a taxa de juros que faz com que o valor presente (a) dos pagamentos do arrendamento e (b) do valor residual não garantido seja igual à soma (i) do valor justo do ativo subjacente e (ii) de quaisquer custos diretos iniciais do arrendador.”

Dessa forma, os recebimentos de arrendamento incluídos na mensuração do investimento líquido compreendem os recebimentos fixos em essência e não possuem qualquer contraprestação variável alocada. Os valores correspondentes ao desconto do fluxo de caixa do contrato de arrendamento a valor presente levam em consideração o CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (“AVP”) e são controlados em uma conta redutora das Contas a Receber.

3.4. Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas estão ajustados por avaliação pelo método da equivalência patrimonial.

3.5. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os custos serão auferidos pela Sociedade e suas controladas. Custos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

No contexto da infraestrutura desenvolvida para cumprir as obrigações do ELA, a Sociedade e suas controladas registram todo o custo capitalizável dos projetos no grupo de imobilizado. No momento do reconhecimento da receita, ou seja, quando a Sociedade e suas controladas entregam o Aviso de COD para os clientes, cumprindo assim o objeto do contrato de ELA, a Sociedade e suas controladas reconhecem o custo da venda com a baixa do imobilizado em andamento representado pelos gastos capitalizáveis incorridos no projeto durante a fase de desenvolvimento e construção.

3.6. Intangível

Os ativos intangíveis que podem ser confiavelmente mensurados correspondentes a aquisição separada, necessários para que a Sociedade e suas controladas tragam, ao mercado brasileiro, um produto único totalmente diferenciado, no que tange o mercado de energia, que engloba a criação de processos operacionais, de políticas de investimento e de contratos jurídicos, que se traduz em uma solução energética para os clientes da Sociedade e suas controladas.

Essa solução é consolidada nos contratos com as contrapartes, incluindo contratos com clientes finais, contratos com fornecedores, e contratos com participantes do mercado de capitais, os quais, por si só, apresentam um conjunto de informação única no mercado.

Os intangíveis têm uma vida útil alinhada com a duração máxima dos contratos em vigor da Sociedade e suas controladas. Esses intangíveis são mensurados a custo menos amortização acumulada.

A amortização dos intangíveis é realizada conforme o método linear, sendo reconhecido como resultado baseado na vida útil estimada dos ativos intangíveis na data que estão disponíveis para uso ou baixado proporcionalmente no momento da interconexão efetiva.

Os métodos de amortização, vida útil e valores residuais são revisados anualmente e ajustados, se aplicável.

3.7. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e outros são reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente.

3.8. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

A Sociedade e suas controladas não possuem benefícios a empregados relevantes, tais como planos de contribuição e/ou benefícios definidos.

3.9. Direito de uso e passivos de arrendamentos

No início de um contrato, a Sociedade e suas controladas avaliam se o contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestações.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Sociedade e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Sociedade e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendador transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas mensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de incremental definida pela Sociedade e suas controladas.

3.10. Capital social

(i) Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

(ii) Ações preferenciais

As ações preferenciais da Sociedade são classificadas como capital social, pois elas não preveem nem um prazo específico de resgate nem uma remuneração anual fixada por conceito de juros.

3.11. Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados “pró rata diem”.

3.12. Reconhecimento da receita

A receita operacional é reconhecida quando **(i)** existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens e serviços foram transferidos para o comprador e for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Sociedade e suas controladas **(ii)** os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimadas de maneira confiável, **(iii)** não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e **(iv)** o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que descontos sejam concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional, conforme as vendas são reconhecidas.

Como decorrência do regime de competência, há que se identificar o fato que converte a expectativa de um direito em direito efetivo, impondo o reconhecimento da receita. Nessa linha, a Sociedade e suas controladas tem que reconhecer os contratos de ELA e EOA, conforme detalhado na seção 3.2. e 3.3. deste documento.

3.13. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Sociedade e suas controladas compreendem:

- Rendimento sobre aplicações financeiras;
- Juros sobre atualização de contas a receber e impostos a recuperar;
- Descontos obtidos;
- Despesas bancárias;
- Seguros fiança;
- Descontos concedidos;
- Ajustes monetários, como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”);
- Ganhos ou perdas decorrentes de processos através do mercado de capitais, como securitizações;
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos; e
- Reversão do ajuste a valor presente - mensalmente, seguindo o princípio da competência, a Sociedade e suas controladas reconhecem a receita financeira no grupo de outras receitas, referente a apropriação do ajuste a valor presente de forma sistemática e racional [CPC 06 (R2) – item 76] ao longo do prazo do arrendamento.

As receitas e a despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

3.14. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

ii) Despesas de imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que a Sociedade e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se esperam aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Sociedade e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.15. Instrumentos financeiros

A Sociedade e suas controladas adotaram o IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de hedge) a fim de apresentar a divulgação para classificação e mensuração de perdas ao valor recuperável.

A norma reúne os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros:

i) **Classificação e mensuração de ativos financeiros**

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados na Sociedade e suas controladas, assim como suas características de fluxo de caixa, sendo mensurados ao custo amortizado.

A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

ii) **Redução no valor recuperável (*Impairment*)**

A norma traz o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas.” Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito.

Referidas provisões serão mensuradas em: perdas de crédito esperadas para 12 meses e perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

• **Ativos não financeiros**

A Administração da Sociedade e suas controladas revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída uma provisão pela desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em Contrato de Venda Firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há Contrato de Venda Firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade e suas controladas não identificaram evidências de risco de recuperação dos ativos e, portanto, não registrou qualquer provisão para perda relacionada ao ativo imobilizado e intangível.

• **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas e outras contas a pagar. Após reconhecimento inicial, das contas a pagar são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.16. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.17. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Sociedade e suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros.

Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

3.18. Redução ao valor recuperável de ativo

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "*impairment*," quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

3.19. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuadas de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 25 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes," do Comitê de Pronunciamentos Contábeis:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em Nota Explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ ou divulgados; e
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

3.20. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a norma NBC TG 03 (R2) – Demonstrações dos fluxos de caixa.

3.21. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações não efetivas

Durante o exercício de 2021, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das referidas normas a seguir, já vigentes no exercício de 2021. Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2021, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Sociedade e suas controladas foram os seguintes:

- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Alterações ao IFRS 17 Contratos de Seguros (alterações ao IFRS 17 e IFRS 4);
- Referências à Estrutura Conceitual;
- Produtos antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16);
- Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao IAS 37);
- Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao IAS 1).

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Sociedade e suas controladas, e não houve impactos em suas demonstrações contábeis quanto a sua aplicação.

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Sociedade e suas controladas (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):

- IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A partir de 1 de janeiro de 2022, as alterações especificam quais custos a Sociedade deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato);
- IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A partir de 1 de janeiro de 2023, as alterações fornecem esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros, de forma à aplicação correta da norma;
- IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o lucro. A partir de 1 de janeiro de 2023, as alterações buscam limitar a abrangência do escopo da isenção de reconhecimento inicial ("IRI") de modo que a IRI não seja mais aplicável às transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias. Assim, um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido deverão ser reconhecidos para as diferenças temporárias geradas no momento do reconhecimento inicial de um arrendamento ou uma provisão de passivo para desmontagem e remoção.

A Sociedade e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram impactos significativos em decorrência dessas alterações. Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que a Sociedade e suas controladas esperam ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	-	-	300	300
Bancos	2.437	2.979	18.379	12.977
Aplicações financeiras	923.560	11.121.724	4.247.353	11.175.547
Total	925.997	11.124.703	4.266.032	11.188.824

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários “CDI” e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação da taxa de depósito interbancário, e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

Em 2021, a Sociedade e suas controladas registraram uma diminuição dos montantes de Caixa e Equivalentes de Caixa pela utilização de recursos para a execução dos projetos para seus clientes, parte fundamental do modelo de negócios da Sociedade e suas controladas. Embora tenha sido registrada essa queda, a liquidez da Sociedade e suas controladas se manteve saudável, apresentando índices superiores a 8,0x.

5. Contas a receber e ajuste a valor presente

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber	-	-	9.776.575	-
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(4.638.308)	-
Total	-	-	5.138.267	-
Circulante	-	-	5.510	-
Não circulante	-	-	5.132.757	-
Total	-	-	5.138.267	-

Conforme detalhado no item 3.2., de acordo com CPC 06 / IFRS 16, as contas a receber são registradas pelo valor futuro, no curso normal das atividades da Sociedade e suas controladas, ajustadas pela variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira e, quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas.

As contas a receber apresentadas pela Sociedade e suas controladas fazem referência ao direito creditório imobiliário resultante dos projetos entregues no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Sociedade e suas controladas geraram direitos creditórios imobiliários, pelo valor de R\$ 56.450.849. Parte desses créditos imobiliários foram cedidos ao programa de securitização, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21, item b.

Seguindo o estabelecido no item 3.3., e em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 – “Ajuste a Valor Presente”, o valor das contas a receber é ajustado a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo em suas datas originais. Sendo assim, todos os contratos de ELA reconhecidos no contas a receber, tem o seu valor ajustado a valor presente.

A aplicação de tal critério contábil, representa 47,44% do montante do contas a receber, assim, demonstrando maior transparência dos riscos aos usuários deste documento.

A baixa do contas a receber é efetuada de acordo com os requisitos de desreconhecimento do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, contra o investimento líquido no arrendamento para reduzir tanto o principal quanto a receita financeira auferida oriunda do AVP.

De acordo com o CPC 48 Itens 3.2.3 e 3.2.4, a entidade deve desreconhecer o ativo financeiro quando transferir os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, que é o caso da Sociedade e suas controladas, quando opta por efetuar a securitização dos direitos creditórios imobiliários a receber.

6. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento a fornecedores	-	360.000	944.926	2.253.860
Adiantamento de direito de superfície	-	-	76.052	-
Total	-	360.000	1.020.978	2.253.860

Os valores referentes a adiantamentos são compostos, principalmente, por acordos de serviços para o planejamento, desenvolvimento, gestão e operação dos projetos. Esses serviços contemplam todas as fases de desenvolvimento, construção e operação dos projetos.

O adiantamento de direito de superfície está constituído por contratos de opção que a Sociedade e suas controladas mantem com fornecedores de áreas para poder validar as condições e viabilidade imobiliária dos locais. Esses contratos, tem o prazo de 60 dias renováveis. Caso a área não esteja em condições apropriadas para a realização do projeto, o contrato de opção é desfeito e o valor do adiantamento é baixado para resultado.

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
PIS retido Lei 10833/03	-	-	48	1.435
Cofins retido Lei 10833/03	-	-	210	6.557
CSL retido Lei 10833/03	-	-	2.028	-
IRRF Retido	49.350	12.302	67.814	12.959
Crédito de PIS (a)	-	-	27.952	-
Crédito de Cofins (a)	-	-	128.687	-
Total	49.350	12.302	226.739	20.951

O saldo de PIS/Cofins, IRRF e CSL registrados no curto prazo estão previstos para serem compensados com esses mesmos tributos a recolher nos próximos meses. Com base em análises e projeção orçamentária aprovadas pela Administração, a Sociedade e suas controladas não preveem riscos de não realização desses créditos tributários, desde que as projeções orçamentárias se concretizem.

A compensação do Pis e Cofins para apuração dos valores a recolher destes impostos, leva em consideração os valores de créditos obtidos no desenvolvimento e na construção da infraestrutura. O valor do crédito de Pis e Cofins a ser compensado, é calculado na proporção de 9,25% sobre a parcela do custo reconhecida mensalmente proporcional ao valor de cada contraprestação durante o período de vigência do contrato.

O lançamento contábil dessa transação é um débito na conta de Pis e Cofins a Recolher contra um crédito na conta de Pis e Cofins a Recuperar.

Os saldos registrados no Ativo Circulante referem-se aos créditos de PIS, Cofins e CSL apurados nos moldes do art. 3º das Leis 10.637/02 e 10.833/03 e para o IRRF sobre aplicação financeira.

- a) Os créditos de PIS e Cofins gerados em 2021, foram decorrentes das baixas dos imobilizados em andamento dos projetos com Aviso de COD entregue no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

8. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Créditos com sócios	10.000	10.000	11.000	11.000
Outros créditos - controladas	22.728.353	16.967.380	22.368	22.368
Total	22.738.353	16.977.380	33.368	33.368

Os créditos são valores recuperáveis para a Sociedade e suas controladas. Eles estão relacionados, na sua grande maioria, a aporte de capital para a constituição dos veículos da Sociedade e suas controladas prévios aos eventos registrados no capital da Sociedade e suas controladas.

Esses aportes são utilizados pelas controladas para o desenvolvimento, construção e operação dos projetos por elas realizados.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Créditos a receber dos sócios	10.000	10.000	11.000	11.000
Brasol Soluções Energéticas Ltda.	2.447.917	1.684.736	-	-
Brasol Aluguel de Módulos Energia Solar Ltda.	4.823.295	15.282.644	-	-
Brasol Sistemas de Energia Solar 3 Ltda.	296.825	-	-	-
Brasol Sistemas de Energia Solar 4 Ltda.	15.160.316	-	-	-
Outras Cessões de Crédito	-	-	22.368	22.368
Total	22.738.353	16.977.380	33.368	33.368

9. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prêmio de seguro a apropriar	20.989	-	43.486	9.090
Total	20.989	-	43.486	9.090

Atualmente, a Sociedade e suas controladas possuem dois modelos de seguros, (i) riscos operacionais e (ii) de responsabilidade civil para Administradores – D&O (Directors & Officers).

O seguro de riscos operacionais tem por objetivo garantir, em cada acidente, os prejuízos que a Sociedade e suas controladas venham a sofrer em falhas internas de estrutura, sistemas, pessoas, produtos e processos.

O seguro de responsabilidade civil para Administradores – D&O, garante aos segurados, quando responsabilizados em reclamações por danos causados a terceiros, em consequência de atos ilícitos culposos praticados no exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados, o reembolso das indenizações que forem obrigados a pagar, a título de reparação, por sentença judicial transitada em julgado, ou em decorrência de juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, com a anuência da seguradora.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

Composição	31/12/2021			31/12/2020
	IRPJ	CSLL	Total	
Prejuízos fiscais/base negativa acumulados	6.411.806	6.411.806	6.411.806	-
Adições temporárias	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-
Provisão para contingências	-	-	-	-
Diferenças temporárias e prejuízos fiscais incluídos na base de cálculo	6.411.806	6.411.806	-	-
Imposto de Renda - alíquota de 25%	1.602.952	-	1.602.952	-
Contribuição Social - alíquota de 9%	-	577.062	577.062	-
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	1.602.952	577.062	2.180.014	-

A constituição e realização do diferimento está atrelada a estimativas de resultados tributários projetados para os próximos anos.

11. Investimentos

	Informações das entidades em				Participação da Controladora				
	31 de dezembro de 2021				No patrimônio líquido		No resultado		Total
	Capital Social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação societária (%)	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2021	
Brasol Soluções Energéticas Ltda.	1.622.878	252.058	(1.329.246)	100%	252.058	245.140	(1.329.246)	(1.077.189)	
Brasol Aluguel de Módulos de Energia Solar Ltda.	1.662.567	(494.721)	2.157.288	100%	(494.721)	(487.803)	2.157.288	1.662.567	
Brasol Sistemas de Energia Solar 3 Ltda.	72.100	1.000	71.100	100%	1.000	-	71.100	72.100	
Brasol Sistemas de Energia Solar 4 Ltda.	1.000	1.000	(129.352)	100%	1.000	-	(129.352)	(128.352)	
Brasol Sistemas de Energia Solar 5 Ltda.	-	-	-	100%	-	-	-	-	
Total do investimento da controladora					240.663	(242.663)	769.790	529.127	

12. Imobilizado

	Computadores e periféricos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento ¹	Total
Taxa de depreciação média anual %	20	4	10		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	14.000	-	16.209.112	16.223.112
Aquisições	94.451	-	4.645	18.348.837	18.471.157
Baixas	-	-	-	(17.625.128)	(17.648.351)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	94.451	14.000	4.645	16.932.821	17.045.918
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-
Depreciação	(8.392)	(5.779)	(186)	-	(14.358)
Baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(8.392)	(5.779)	(186)	-	(14.358)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	86.059	8.221	4.459	16.932.821	17.031.560

1) Imobilizado em andamento	31/12/2020	Adição	Baixa	31/12/2021
Imobilizado em andamento - equipamento São Paulo	1.530	239.507	(241.037)	-
Imobilizado em andamento - equipamento Paraná	28.000	6.875.339	-	6.903.339
Imobilizado em andamento - equipamento Acre	2.787.505	560.506	(3.348.011)	-
Imobilizado em andamento - equipamento Amapá	1.415.738	827.583	(2.243.321)	-
Imobilizado em andamento - equipamento Amazonas	4.467.808	2.332.873	(6.800.681)	-
Imobilizado em andamento - equipamento Rondônia	2.959.382	487.046	(3.446.428)	-
Imobilizado em andamento - equipamento Roraima	995.577	470.922	(1.466.499)	-
Imobilizado em andamento - equipamento Tocantins	3.553.572	1.003.953	-	4.557.525
Imobilizado em andamento - equipamento São Paulo/ Santa Catarina	-	129.130	-	129.130
Imobilizado em andamento - equipamento Mato Grosso	-	5.134.456	-	5.134.456
Imobilizado em andamento - equipamento São Paulo (2)	-	161.895	-	161.895
Imobilizado em andamento - equipamento São Paulo (3)	-	46.476	-	46.476
Total	16.209.112	18.348.837	17.625.128	16.932.821

O Imobilizado em andamento demonstra toda a evolução dos projetos. No momento do reconhecimento dos direitos creditórios imobiliários, é realizada a baixa do imobilizado através do custo. Tal procedimento, segue o estabelecido no CPC 27 – “Ativo Imobilizado” – item 67 – O valor contábil de um item do ativo imobilizado deve ser baixado: **(a)** por ocasião de sua alienação; ou **(b)** quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação.” Aplica-se o conceito estabelecido no item 3.2, em relação a entrega do projeto ao cliente no âmbito do contrato ELA.

13. Intangível

Custo	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Desenvolvimento (a)	219.057	1.095.286
Direito de uso (b)	269.092	264.584
Total	488.149	1.359.870

Amortização acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Amortização sobre o direito uso (saldo inicial)	(6.104)	-
Amortização sobre o direito uso	(19.572)	(6.104)
Baixa	-	-
Total	(25.675)	(6.104)
Intangível líquido	462.474	1.353.766

- (a)** Os ativos intangíveis que podem ser confiavelmente mensurados correspondentes a aquisição separada, necessários para que a Sociedade e suas controladas tragam, ao mercado brasileiro, um produto único totalmente diferenciado, no que tange o mercado de energia, que engloba a criação de processos operacionais, de políticas de investimento e de contratos jurídicos, que se traduz em uma solução energética para os clientes da Sociedade e suas controladas.

Essa solução é consolidada nos contratos com as contrapartes, incluindo contratos com clientes finais, contratos com fornecedores, e contratos com participantes do mercado de capitais, os quais, por se só, apresentam um conjunto de informação única no mercado.

Com o reconhecimento dos projetos de Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima, a Sociedade e suas controladas deram baixa proporcional de 80,0% desse ativo, seguindo os mesmos critérios adotados nas seções 3.2 e 11, acima detalhadas.

- (b) Natureza e prazo do direito de uso (arrendamento): atualmente, a Sociedade e suas controladas possuem dois direitos de uso. Um na Brasol Soluções Energéticas Ltda., sob o escritório onde a empresa presta suas atividades, e outro na Brasol Aluguel de Módulos de Energia Solar Ltda., sob o terreno na filial de Roraima onde o projeto correspondente foi desenvolvido.

Empresa	Natureza	Prazo
Brasol Soluções Energéticas Ltda.	Imóvel	36 meses
Brasol Aluguel de Módulos de Energia Solar Ltda.	Imóvel	252 meses

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	1.368	-	127.430	557.132
Total	1.368	-	127.430	557.132

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, além dos investimentos nos projetos da Sociedade e suas controladas. Sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

A redução do saldo a pagar, no comparativo consolidado de 2021 com 2020, é justificável com as entregas de projetos em 2021, diminuindo consideravelmente a necessidade de contratação de serviços e aquisição de materiais operacionais.

Com relação ao saldo em aberto de fornecedor em 2021, 33% desse valor refere-se à aquisição de ativo imobilizado (computadores e periféricos) para o escritório e 24% é referente ao plano de saúde corporativo dos colaboradores.

15. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salários e ordenados	-	-	1.250	-
Provisão de férias	-	-	120.604	7.220
Encargos sociais	1.100	3.100	50.097	32.710
Total	1.100	3.100	171.951	39.930

A Sociedade e suas controladas tem por cultura realizar o pagamento da folha de salário no último dia útil do mês. O aumento significativo nos salários e encargos sociais é devido a expansão do quadro de colaboradores. Além disso, a Sociedade e suas controladas ajustaram a sua folha de pagamento conforme a taxa de reajuste determinada pelo sindicato da classe. A Sociedade e suas controladas vem crescendo gradativamente, esse aumento é refletido diretamente na demanda dos trabalhos, conseqüentemente, exigindo a necessidade de novas contratações.

16. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRRF sobre salários	271	271	35.137	5.563
IRRF sobre serviços tomados	162	150	7.669	1.841
CRF a recolher	502	465	9.095	5.709
INSS sobre serviços tomados	-	-	26.394	49.587
ISS sobre serviços tomados	-	-	20.684	22.414
PIS a recolher	18	362	256	362
Cofins a recolher	114	2.187	1.566	2.187
Total	1.067	3.435	100.801	87.663

As obrigações tributárias seguem o planejamento tributário elaborado, passando periodicamente por revisões, a fim de traçar o melhor modelo econômico para a Sociedade e suas controladas.

O aumento no IRRF s/ salários é reflexo do aumento dos quadros de colaboradores, crescimento previsto em orçamento.

17. Arrendamentos a pagar

Consolidado	31/12/2021
Reconhecimento inicial	575.500
Juros Incorridos sobre o passivo	(294.545)
Pagamento de arrendamentos	(71.221)
Total	209.734
Circulante	91.608
Não circulante	118.126

Para o exercício de 2021, a Sociedade e suas controladas possuíram dois contratos de arrendamento conforme mencionados no item 12 (b). A política contábil da Sociedade e suas controladas no âmbito de arrendamento segue o CPC 06 / IFRS 16. O contrato referente ao direito de uso do escritório cede é celebrado por prazo determinado de 36 meses, encerrando-se em setembro de 2023. Com relação ao segundo contrato que se refere ao direito de uso do terreno na filial de Roraima, tem prazo de 252 meses desde sua assinatura.

18. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outras obrigações	6.996	163.577	6.996	257.474
Contas a pagar Terrenos (a)	-	-	5.000	505.000
Provisão de Custos (b)	-	-	1.072.379	-
Outras operações (securitizações) (c)	-	-	3.661.534	1.307.543
Total	6.996	163.577	4.745.909	2.070.017

(a) Relacionado as parcelas finais de aquisição de terrenos para a execução dos projetos desenvolvidos pela Brasol Aluguel de Módulos de Energia Solar Ltda. Esses terrenos incluem locais em Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Tocantins; e

(b) Foi constituída a provisão de custos com base nos contratos firmados com fornecedores, o faturamento desses custos somente incorrerá após a data efetiva do Aviso de COD e reconhecimento da receita operacional por parte da Brasol. A fim de representar de maneira coerente o princípio contábil da competência, o valor do custo no resultado operacional já considera os gastos efetivos para conclusão dos projetos.

- (c) Relacionada ao Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças assinados entre a Brasol Aluguel de Módulos de Energia Solar Ltda. e True Securitizadora S.A. em 13 de novembro de 2020. A Sociedade e suas controladas podem optar por realizar uma securitização performada, antes, no momento, ou depois do Aviso de COD, através de uma *true sale* sobre o total ou parte dos direitos creditórios imobiliários registrados como contas a receber em seu balanço patrimonial. Esse item foi baixado parcialmente em 2021 contra ativo após a validação feita pela Sociedade e suas controladas da obrigatoriedade de itens pagos e devidamente descontados pela True Securitizadora S.A., restando apenas o valor da securitização do projeto em andamento em Tocantins.

19. Outras contas a pagar

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Cofins a apropriar	141.606	-
Pis a apropriar	652.202	-
Total	793.808	-

Na Demonstração de Resultado Societária da Sociedade e suas controladas, o cálculo de Pis e Cofins leva em consideração a receita líquida de Ajuste a Valor Presente, e a receita financeira decorrente da apropriação do AVP, seguindo o exemplo do CPC 12 na seção de perguntas e respostas no seu item 4, Opção de Venda à Prazo com Segregação e está evidenciado conforme o reconhecimento das referidas receitas.

O lançamento contábil do valor apurado foi lançado contra uma conta do Passivo de Pis e Cofins a apropriar. À medida que o valor de Pis e Cofins apurado mensalmente levando em consideração a contraprestação recebida, reconhece a obrigação a pagar na conta de Passivo de Pis e Cofins a recolher contra a conta de Pis e Cofins a apropriar, sem efeito no resultado.

Vale destacar, que o valor demonstrado está em conformidade com a legislação brasileira representada na lei nº6.404/76 nos artigos 183 e 184, alterados pela lei nº11.638/07 e MP nº449/08.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Sociedade é de R\$ 2.444.933,84 dividido em 3.201.682 ações ordinárias e 20 ações preferenciais. Em 2021 foi realizado o aporte de capital no valor de R\$ 56.

	31/12/2021	31/12/2020
Ações preferenciais	58	2
Ações ordinárias	2.444.876	2.444.876
Total	2.444.934	2.444.878

b) Reserva de Ágio

A Sociedade e suas controladas registram um aumento de capital social mediante a emissão de ações preferenciais, dividido em uma ação preferencial classe A, sem valor nominal, 4 ações preferenciais classe B, sem valor nominal, uma ação preferencial classe A-1, sem valor nominal, 4 ações preferenciais classe B-1, sem valor nominal, uma ação preferencial classe A-2, sem valor nominal, 4 ações preferenciais classe B-2, sem valor nominal, uma ação preferencial classe A-3, sem valor nominal e 4 ações preferenciais classe B-3, sem valor nominal.

- i) A ação preferencial classe A teve um preço de emissão de R\$ 22.900.000,00. Desse valor R\$ 0,52 foi alocado como capital social da Sociedade e suas controladas e a diferença de R\$ 22.899.999,48 alocada na conta de reserva de ágio;

- ii) As quatro ações preferenciais classe B tiveram um preço de emissão de R\$ 100,00 por ação. Desse valor, R\$ 2,07 foi alocado como capital social da Sociedade e suas controladas e a diferença de R\$ 397,93 alocada na conta de reserva de ágio;
- iii) A ação preferencial Classe A-1 teve preço de emissão de R\$ 284.600,00. Desse valor R\$ 5,41 foi alocado com capital social da Sociedade e suas controladas e a diferença de R\$ 284.594,59 alocada na conta de reserva de ágio;
- iv) As quatro ações preferenciais classe B-1 tiveram um preço de emissão de R\$ 100,00 por ação. Desse valor, R\$ 21,64 foi alocado como capital social da Sociedade e suas controladas e a diferença de R\$ 378,36 alocada na conta de reserva de ágio;
- v) A ação preferencial Classe A-2 teve preço de emissão de R\$ 8.188.880,00. Desse valor R\$ 2,16 foi alocado com capital social da Sociedade e suas controladas e a diferença de R\$ 8.188.877,84 alocada na conta de reserva de ágio;
- vi) As quatro ações preferenciais classe B-2 tiveram um preço de emissão de R\$ 100,00 por ação. Desse valor, R\$ 8,64 foi alocado como capital social da Sociedade e suas controladas e a diferença de R\$ 391,36 alocada na conta de reserva de ágio;
- vii) A ação preferencial Classe A-3 teve preço de emissão de R\$ 6.693.240,00. Desse valor R\$ 3,51 foi alocado com capital social da Sociedade e suas controladas e a diferença de R\$ 6.693.236,49 alocada na conta de reserva de ágio; e
- viii) As quatro ações preferenciais classe B-3 tiveram um preço de emissão de R\$ 100,00 por ação. Desse valor, R\$ 14,04 foi alocado como capital social da Sociedade e suas controladas e a diferença de R\$ 385,96 alocada na conta de reserva de ágio.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade e suas controladas tiveram uma redução na conta de reserva de ágio por conceito de distribuição aos acionistas no valor de R\$ 19.712.475. Valor este que tivesse posicionado a Reserva de Ágio – Preferenciais no valor de R\$ 38.068.262.

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva de Ágio - preferenciais	18.355.787	22.900.398
Reserva de Ágio - ordinárias	4.587.982	4.587.982
Total	22.943.769	27.488.380

Composição das Reservas de Ágio na emissão de ações

Reserva de ágio na emissão de ações - preferenciais - classe A	18.354.233
Reserva de ágio na emissão de ações - preferenciais - classe B	1.554
Reserva de ágio na emissão de ações - ordinárias	4.587.982
Total	22.943.769

21. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita de crédito imobiliário (a)	56.450.849	-
Ajuste a Valor Presente (b)	(27.983.558)	-
Serviços prestados (c)	294.877	-
Tributos sobre receita operacional (d)	(2.666.631)	-
Total	26.095.537	-

- (a) Correspondente a finalização efetiva dos projetos da Sociedade e suas controladas em Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e São Paulo. Os projetos acima mencionados, com exceção de São Paulo, foram executados na Brasol Aluguel de Módulos de Energia Solar Ltda. e apresentaram uma receita de crédito imobiliário pelo valor de R\$ 55.864.859. Por outro lado, o projeto no estado de São Paulo, registrado na Brasol Sistemas de Energia Solar 3 Ltda., apresentou uma receita de R\$ 586.260.
- (b) A Sociedade e suas controladas devem realizar o reconhecimento das suas receitas líquidas representado pelo valor equivalente ao investimento líquido, que é o investimento bruto ajustado a valor presente, contra uma receita na demonstração do resultado do exercício. Em outras palavras, a receita total do contrato de ELA menos seu respectivo AVP.
- (c) Correspondente aos serviços prestados pela Sociedade e suas controladas em relação a i) os contratos EOA que estão sendo executados para os estados de Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e São Paulo, pelo valor de R\$ 204.396 e ii) um projeto de iluminação (LED) equivalente a R\$ 90.481.
- (d) Para os tributos incidentes sobre as receitas decorrentes do contrato de ELA, o valor demonstrado dos tributos representa o seu efeito líquido, ou seja, a demonstração apresenta o efeito do ajuste a valor presente, conforme o anexo do CPC 12 – “Ajuste a Valor Presente”, incorporando a legislação brasileira representada na lei nº6.404/76 nos artigos 183 e 184, alterados pela lei nº11.638/07 e MP nº449/08.

O pronunciamento ilustra a necessidade de reclassificação da parcela dos tributos incidentes sobre a receita calculado sobre a diferença entre a receita bruta e o AVP para o resultado financeiro, para uma adequada apuração da margem bruta e do EBITDA.

Na Demonstração de Resultado (“DRE”) Societária da Sociedade e suas controladas, o cálculo de Pis e Cofins leva em consideração a receita líquida de AVP, e a receita financeira decorrente da apropriação do AVP, seguindo o exemplo do CPC 12 na seção de perguntas e respostas no seu item 4, Opção de Venda à Prazo com Segregação e está evidenciado conforme o reconhecimento das referidas receitas.

22. Custos das mercadorias vendidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo dos equipamentos plataforma Acre	-	-	(4.059.846)	-
Custo dos equipamentos plataforma Amapá	-	-	(2.720.282)	-
Custo dos equipamentos plataforma Amazonas	-	-	(8.238.838)	-
Custo dos equipamentos plataforma Rondônia	-	-	(4.179.187)	-
Custo dos equipamentos plataforma Roraima	-	-	(1.761.695)	-
Custo dos equipamentos plataforma São Paulo	-	-	(275.552)	-
Provisão para custos (a)	-	-	(1.072.379)	-
Materiais operacionais	-	-	(81.098)	-
Crédito PIS	-	-	355.366	-
Crédito Cofins	-	-	1.636.837	-
Total	-	-	(20.396.674)	-

- (a) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18, item b, a fim de representar de maneira coerente o princípio contábil da competência, se faz necessário a constituição da provisão do custo que incorrerá após a entrega do projeto em conformidade com o contrato. Sendo assim, o custo no seu valor real, trazendo uma demonstração transparente e segura aos usuários.

23. Despesas administrativas, comerciais e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de terceiros (a)	(25.467)	(36.980)	(747.055)	(497.712)
Despesas operacionais	-	-	(252.071)	(76.317)
Indenizações	-	-	(602.806)	(208.098)
Seguros	-	-	(57.716)	(12.520)
Total	(25.467)	(36.980)	(1.659.648)	(794.647)

O aumento em 2021 nos serviços de terceiros refere-se à consultoria administrativa.

- (a) As despesas operacionais apresentaram um crescimento significativo em 2021 com relação a 2020, as principais variações estão ligadas as despesas com cartório e jurídicas necessárias para o desenvolvimento adequado dos projetos.

24. Despesas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salário	(119.995)	(40.000)	(1.432.954)	(386.252)
Bônus	-	-	(93.162)	-
Férias e 13º salário	-	-	(234.142)	(42.859)
Encargos	(22.000)	(8.000)	(412.355)	-
Total	(141.995)	(48.000)	(2.172.613)	(429.111)

Como pode ser visto ao longo das notas explicativas relacionadas a Demonstração de Resultados do Exercício, o resultado líquido da Sociedade e suas controladas se vê afetado principalmente por: (i) efeito temporário de reconhecimento de despesas, e (ii) baixa de ativos relacionados aos projetos.

Em relação ao item (i), a Sociedade e suas controladas contam com despesas de folha de pagamento hoje que trarão resultados (receitas) futuros. Em outras palavras, a folha de pagamento da Sociedade e suas controladas tem um grande foco no desenvolvimento de projetos já contratados pela Sociedade e suas controladas que gerarão receitas uma vez entregues no futuro. Dessa forma, uma diferença temporal afeta negativamente o resultado atual da Sociedade e suas controladas.

Já, no que tange o item (ii) acima podemos observar que a Sociedade e suas controladas baixaram intangíveis, sem uma saída de caixa efetiva, em linha com os projetos devidamente entregues. Intangíveis que, conforme detalhado nas demonstrações contábeis de 2020, estavam diretamente relacionados com a entrega desses projetos.

25. Resultado financeiro

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Juros sobre aplicações financeiras	145.853	54.676	222.699	55.396
Receita financeira – AVP (a)	-	-	176.206	-
Outras receitas financeiras	1.058	38.425	1.492	109.799
PIS e Cofins sobre outras receitas	(8.222)	(2.589)	(11.403)	(1.624)
Total	138.689	90.512	388.994	163.571
Despesas financeiras				
Juros passivos	-	-	(225)	(532)
Despesas bancárias	(3.362)	(1.560)	(7.015)	(5.662)
Juros sobre financiamentos	-	-	-	(685)
Perda Financeira (b)	-	-	(3.627.323)	-
Outras despesas financeiras	(19)	-	(4.583)	(79.159)
Multa/Juros sobre impostos	(1.406)	-	(18.167)	(2.070)
Juros sobre Oper. Arrendamento - IFRS 16	-	-	(42.067)	(15.151)
Total	(4.787)	(1.560)	(3.699.380)	(103.259)
Resultado financeiro	133.902	88.952	(3.310.386)	60.312

- (a) A receita financeira – AVP, está relacionada a reversão do AVP. Mensalmente, seguindo o princípio da competência, a Sociedade e suas controladas reconhecem a receita financeira no grupo de outras receitas, referente a apropriação do AVP de forma sistemática e racional [CPC 06 (R2) – item 76] ao longo do prazo do arrendamento. Nessa operação há incidência de Pis e Cofins de 9,25%.
- (b) A perda financeira é decorrente do efeito do ajuste a valor presente com o valor da securitização, onde, foi aplicado a taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo em suas datas originais.

26. Imposto de renda e contribuição social

26.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo antes IRPJ/CSLL	736.230	(1.490.852)	(1.462.143)	(1.490.852)
Ajustes (adições/reduções)	(739.887)	963.923	(3.877.496)	(6.257)
Base tributável	(3.657)	(526.929)	(5.339.639)	(1.497.109)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	-	-	-	-

26.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	
	IRPJ	CSLL
Prejuízo fiscal	4.957.479	-
Base negativa	-	4.957.479
Alíquota nominal	25%	9%
Total diferido	1.239.370	446.173

Os valores registrados para prejuízo fiscal e base negativa foram calculados de acordo com o potencial de lucro projetado para os próximos anos. Com base nas projeções aprovadas pela Administração, a Sociedade e suas controladas possuem expectativa de realização dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos nos próximos 10 anos.

27. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. O controle desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, e são permanentemente acompanhadas pela Administração da Sociedade e suas controladas.

A Sociedade e suas controladas, participam de operações envolvendo instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégia de posições financeiras e sistema de controles de limites de exposições a esses riscos. A Administração da Sociedade e suas controladas acreditam que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. As empresas estão expostas a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variação nas taxas de câmbio e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento de risco é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados, advindas dessas variações. A mediação da eficiência e avaliação dos resultados ocorre no fim dos contratos.

28. Gerenciamento de risco

A Sociedade e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- **Risco de crédito;**
- **Risco de liquidez; e**
- **Risco de mercado.**

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Sociedade e suas controladas a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital.

i) **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco da Sociedade e suas controladas incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas.

Os saldos apresentados em caixa e equivalentes de caixa, são concentrados em instituições financeiras consideradas pelo mercado como sendo de primeira linha.

No geral a Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Sociedade e suas controladas estão expostas, considerando as características das contrapartes, sua qualidade creditícia, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado diretamente pela Administração da Sociedade e suas controladas para mitigar riscos nas decisões tomadas. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. Entre esses, o acompanhamento permanente de contas a receber e ajustes as necessidades dos clientes para eliminar qualquer tipo de inadimplência.

ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade e suas controladas na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade e suas controladas.

A Sociedade e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

Não é esperado que fluxos de caixa possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Para manutenção da continuidade operacional, a Sociedade e suas controladas contam com o suporte dos acionistas, conforme mencionado nas notas explicativas detalhadas anteriormente.

iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de matérias primas, irão afetar os ganhos da Sociedade e suas controladas ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro das operações da Sociedade e suas controladas.

A Administração da Sociedade e suas controladas acompanha o mercado e suas oscilações de forma permanentemente. Visando minimizar este risco, a Sociedade e suas controladas procuram se antecipar aos movimentos de mercado, utilizando tanto inteligência de dados como compras de matérias primas nacionalizadas. Além disso, a Administração da Sociedade e suas controladas revisam permanentemente (de proposta a proposta) oscilações do mercado para ajustar descontos e oferta de valor para o cliente final.

29. Cobertura de seguros

A Sociedade e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelo nosso auditor independente.

30. Eventos subsequentes

A Administração da Sociedade avaliou o período subsequente que compreende a data base dessas demonstrações contábeis e a data de sua aprovação, e não identificou nenhum evento subsequente passível de divulgação.

* * *